



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: ST11 Sociologia das Emoções

SENTIMENTOS SOCIAIS E NOVOS CONFLITOS NO ESPAÇO PÚBLICO DA BAIXADA FLUMINENSE

CUNHA, Neiva Vieira da

Doutor em Antropologia

Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ

neivavieiradacunha@gmail.com

Resumo

Este artigo discute alguns dos efeitos das Unidades de Policia Pacificadora/UPPs, implantadas em distintas favelas do Rio de Janeiro, sobre a vida cotidiana de seus moradores. A partir de trabalho de campo realizado na favela Santa Marta, buscaremos evidenciar os conflitos gerados pelos processos de regularização urbanística e pela substituição gradativa de práticas “informais” de acesso aos serviços. Buscaremos, do mesmo modo, chamar atenção para as implicações de tais ações sobre o processo de formalização e reconhecimento de *um endereço na cidade*. Pretende-se, desta perspectiva, associar a dimensão das identidades e das representações sociais ao processo mais amplo das políticas públicas de segurança e de reestruturação urbana em curso na cidade.

Abstract

This article discusses some of the after effects of the implementation of the Pacifying Police Units (UPPs) in various slums in Rio de Janeiro on the everyday lives of their inhabitants. Based on the field research developed in the Santa Marta area, we aim to show the conflicts generated by the urban regulation process as well as the gradual substitution of the more ‘informal’ ways to have access to services. We also aim to show the implication of such actions on the process of formalization and recognition of *an address in the city*. From this perspective we intend to associate the dimension of the identities and social representations to the broader process of public policies on security and urban restructuring taking place in the city.

Palavras-chave: favela - segurança pública – processos de urbanização

Keywords: slums – public security – urbanizing processes

PAP1330

I - Introdução

O exame das práticas sociais e as análises da *ação situada* evidenciam, de diferentes maneiras, como modelos culturais podem ser contestados e instrumentalizados nas práticas dos atores sociais. Esta abertura para o mundo das práticas, para o modo como se estabelece cotidianamente a *negociação da ordem social*, abre a possibilidade de pensar a realidade social constituída a partir das formas de interação entre seus distintos agentes. Deste ponto de vista, a realidade social não é pensada como uma reprodução de modelos, mas como o resultado constante de processos de negociação e mediação de conflitos e das relações de poder por eles estabelecidas.

A crescente complexidade da sociedade brasileira, onde novas formas identitárias e novas centralidades se afirmam no espaço público das grandes metrópoles, faz com que os conflitos não possam mais ser geridos por soluções monolíticas, uma vez que as causas e a dinâmica dos mesmos são contextualmente diferenciadas. Neste cenário de transformações, diferentes formas de conflito, acompanhadas de manifestações motivadas por sentimentos morais muitas vezes marcadas pela violência, têm sido cada vez mais frequentes. Diante disso, queremos nos perguntar sobre os mecanismos de explicitação, mediação e resolução de conflitos no espaço público metropolitano, chamando a atenção para os sentimentos sociais que se expressam nessas situações.

A partir de pesquisa empírica realizada na Cidade dos Meninos, área situada no entorno da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense/FEBF-UERJ, buscamos aqui evidenciar os tipos de sentimentos sociais em jogo na vida quotidiana e que se expressam através de demandas por respeito e reconhecimento. A partir de uma perspectiva etnográfica, tratar-se-á de examinar as maneiras de viver e se organizar coletivamente, de gerir sentimentos sociais e de aplicar categorias morais na resolução de conflitos no espaço público. Buscamos, assim, compreender como formas de interação social acabam por se referir a princípios universais de justiça, conduzindo à mobilização de instituições representativas do Estado, através da invocação de princípios de igualdade e de direito. Como situações de conflito provocam tipos de justificação, de denúncia ou de reivindicação pública? Como os sentimentos de injustiça trazem à tona discursos de protesto em espaços públicos? E como conduzem à organização de coletivos que desenvolvem argumentos públicos e recorrem à instituições judiciárias para resolver os litígios, obter reparações a danos e fazerem reconhecer seus direitos? Tomando em consideração tais situações, nos perguntaremos ainda como as dinâmicas da ação coletiva e os dispositivos de ação pública são abalados quando trata-se de fazer reconhecer demandas de reparação a danos sofridos ou ainda reclamar o respeito a direitos civis e sociais? Quais são os repertórios de ação e de justificação aplicados por membros das associações civis na resolução dos problemas de ordem pública?

II - Cidade dos Meninos: Drama Social e Conflitos no Espaço Público

A Cidade dos Meninos foi criada em 1939, quando Darcy Vargas, introduzindo na política brasileira a figura da primeira-dama ocupada com questões sociais e assistência aos pobres, inaugurou a Fundação Darcy Vargas. O projeto da Cidade dos Meninos já vinha sendo concebido desde 1935, quando Darcy Vargas começou a buscar recursos para criação, na época, de uma “Cidade das Meninas”, instituição que abrigasse “meninas desamparadas e desvalidas”, oferecendo “abrigo e orientação para a vida” e ocupando-se de sua “educação e formação para o trabalho”ⁱ.

Para viabilizar a implantação do projeto, a União doou à Fundação Darcy Vargas, em 1943, uma grande área no Núcleo Colonial São Bento, então pertencente ao município de Nova Iguaçuⁱⁱ. Com o fim do governo de Getúlio Vargas, o patrimônio da Fundação Darcy Vargas foi transferido para a Fundação do Abrigo Cristo Redentor/FACR, associação civil que desde 1923 prestava assistência a mendigos e menores de rua na cidade do Rio de Janeiro. Desse modo, a partir de 1947 esta Fundação assume o projeto da Cidade das Meninas, que já se encontrava em fase inicial de implantação. Mas considerando que a administração de um educandário feminino seria por demais complexa, transforma-o na criação de uma “Cidade dos Meninos”, que, num primeiro momento, passou a receber exclusivamente crianças do sexo masculino.

O núcleo inicial do projeto foi uma escola agrícola construída nesse período. Posteriormente, ainda durante a década de 1940, foram construídos 40 pavilhões com capacidade para abrigar 50 crianças cada. Essas instalações, no entanto, não chegaram a ser utilizadas em sua totalidade em função da falta dos recursos financeiros necessários ao seu pleno funcionamento (Ministério da Saúde, 2002). Como parte dos pavilhões não estava sendo utilizado pela Fundação do Abrigo Cristo Redentor, oito pavilhões da Cidade dos Meninos foram cedidos, por empréstimo, ao Ministério da Educação e Saúde para a instalação do Instituto de Malariologiaⁱⁱⁱ. Em 1949 foi também, como anexo do Instituto de malariologia, foi instalada uma fábrica de clorohexacicloexano (HCH), também conhecido como BHC, pesticida do grupo químico dos organoclorados. Destinada à exportação e às campanhas nacionais de Saúde Pública, a produção da fábrica não se limitou à fabricação de HCH, produzindo também um emulsificante à base de matérias primas nacionais que substituíra o similar importado na fabricação do DDT.

Em 1954, em decorrência de uma série de dificuldades operacionais, a fábrica de inseticidas começou a ser desativada, até que em 1955, a produção do HCH foi suspensa, permanecendo ainda a produção da pasta de DDT. Em 1955, por ocasião de uma grande reestruturação do Ministério da Saúde, o Instituto de Malariologia foi desmembrado dando origem ao Instituto Nacional de Endemias Rurais e ao Serviço de Produtos Profiláticos. A partir dessa reestruturação, as unidades de pesquisa do Instituto de Malariologia foram absorvidas pelo Instituto Nacional de Endemias Rurais e transferidas para Belo Horizonte e o Serviço de Produtos Profiláticos transferiu sua sede administrativa para o bairro de São Cristóvão^{iv}, só permanecendo na Cidade dos Meninos os laboratórios e a fábrica de inseticidas, esta parcialmente desativada. No entanto, os pavilhões cedidos ao Ministério da Saúde para instalação do Instituto de Malariologia não foram imediatamente devolvidos à Fundação Abrigo Cristo Redentor, gerando uma série de conflitos entre as duas instituições. Em 1957, em uma exposição de motivos, o diretor do Serviço de Produtos Profiláticos do Instituto de Malariologia pronunciou-se contra a devolução dos pavilhões à Fundação Abrigo Cristo Redentor, argumentando que a fábrica e os laboratórios ocupavam apenas 1% de uma área sub-utilizada, e que, além disso, o Serviço de Produtos Profiláticos realizava a prestação de serviço de assistência médica e atividades esportivas naquele espaço.

A partir desse período, várias obras estruturais foram realizadas na Cidade dos Meninos pelo Serviço de Produtos Profiláticos, com o apoio da Legião Brasileira de Assistência. Foram construídos uma escola primária, um hospital, um refeitório que fornecia refeições gratuitas aos internos, um açougue e um armazém, que funcionavam em regime cooperativo. Um dos pavilhões foi recuperado e transformado em residência familiar, além da construção de um conjunto de casas para os funcionários, que passaram a integrar a Vila Mario Pinotti. Foram ainda realizadas nesse período obras de ampliação das instalações da fábrica de inseticidas, assim como dos laboratórios, dando origem a um verdadeiro complexo fabril-residencial, que continuou a se desenvolver até os anos 1980.

A disputa pelo espaço da Cidade dos Meninos duraria alguns anos até que, em 1960, através de uma exposição de motivos encaminhada ao Ministério da Saúde, a Fundação do Abrigo Cristo Redentor reivindicava seus direitos sobre a área cedida ao Instituto de Malariologia, obtendo desta vez um parecer favorável da consultoria jurídica. A constante pressão que a Fundação dirigia ao Ministério, somada à questões de ordem administrativas contribuíram para a transferência definitiva das instalações do Instituto de Malariologia para o Instituto Oswaldo Cruz, em Manguinhos, em 1962. Nessa ocasião, já fazia parte da estrutura educacional da Cidade dos Meninos um complexo escolar constituído por duas escolas públicas (uma municipal e outra estadual), e quatro institutos de formação profissional, que, juntos, abrigavam aproximadamente 450 menores, atendendo então meninos e meninas de 3 a 18 anos.

Com a retomada da área anteriormente cedida ao Ministério da Saúde e buscando reforçar o projeto original de promoção da assistência social para “menores carentes”, a administração da Cidade dos Meninos, através da Fundação Abrigo Cristo Redentor, assinou convênios com a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), Fundação Estadual do Menor, Legião Brasileira de Assistência e com o Juizado de Menores do Rio de Janeiro visando à promoção das atividades educativas, e com o Instituto Nacional de Previdência

Social, visando a prestação de assistência médica. Tais convênios geraram recursos que permitiram à Fundação Abrigo Cristo Redentor construir novos prédios na Cidade dos Meninos. Em 1972, foi construído um novo pavilhão para abrigar oficinas profissionalizantes e, em 1974, foram construídos: um novo conjunto educacional para a internação de 200 crianças, um novo centro médico/odontológico/ambulatorial e de enfermagem, além de um jardim de infância, uma praça de esportes e dois novos dormitórios.

Em 1975, novas ampliações foram realizadas com a construção de oficinas de tornearia, solda elétrica, serralharia, mecânica de motores, além da reforma nas oficinas de carpintaria, marcenaria e as oficinas gráficas. Em 1976, foram construídas instalações para duas novas unidades, com capacidade para 360 internos. As atividades produtivas da Fundação Abrigo Cristo Redentor também foram incrementadas. A partir de 1973, grande parte de seu rebanho bovino foi concentrada na Cidade dos Meninos, cuja produção de carne e leite era destinada ao consumo das unidades da Fundação. No entanto, todo esse processo de desenvolvimento e ampliação de suas instalações acabou por gerar novos conflitos. Em 1977, houve uma rebelião dos menores internos e alguns institutos foram desativados. No ano seguinte, cerca de 560 menores foram transferidos da Cidade dos Meninos para a Fundação Nacional do Menor/FUNABEM e outras unidades de abrigo para menores. Em 1987, problemas administrativos resultaram na incorporação da Fundação Abrigo Cristo Redentor pela Legião Brasileira de Assistência, para à qual foi transferido todo o seu patrimônio, incluindo a área de 19.400.000 metros quadrados correspondente à Cidade dos Meninos (Ministério da Saúde, 2002).

Ao longo desse processo, marcado por décadas de disputas e conflitos, a fábrica de inseticidas acabou sendo totalmente desativada, ainda na década de 1960. No entanto, com a sua desativação, cerca de 400 toneladas de substâncias tóxicas como o HCH, popularmente conhecido como “pó-de-broca”, foram abandonados no local. A substância acabou contaminando não só o solo, como também o lençol freático, dando origem a um processo de contaminação humana e ambiental na Cidade dos Meninos. Segundo laudos técnicos, as consequências da contaminação sobre a população seriam graves, ao longo do tempo, na medida em que as substâncias ali abandonadas poderiam causar desde irritações na pele e reações alérgicas, a câncer, infertilidade e problemas neurológicos mais sérios.

O *drama social* (TURNER, 1974; 1980) vivido pelos moradores da Cidade dos Meninos teve início na década de 1990, quando o processo de contaminação foi, finalmente, descoberto. Em 1989, a imprensa noticiou que o ‘pó de broca’ estava sendo comercializado livremente nas feiras livres de Duque de Caxias, embora o produto estivesse proibido pelo Ministério da Saúde desde a década de 1970. A partir de denúncias feitas pela mídia, chegou-se às antigas instalações da Fábrica de Inseticidas, fonte e origem dessa espécie de infortúnio que se abatia sobre os moradores da localidade. O poder público foi então instado a investigar e explicar as causas da contaminação ambiental e exposição humana na Cidade dos Meninos.

Segundo estimativas do Ministério da Saúde divulgadas na ocasião, os focos de contaminação se espalhavam por cerca de 13 mil metros quadrados e, entre a população, já se registrava um número significativo de pessoas contaminadas, com algumas mortes por câncer nas vias respiratórias. Em 1990, a Fundação de Engenharia do Meio Ambiente/FEEMA apresentou um relatório em que traçava um quadro demonstrando a gravidade do problema, indicando estratégias para o seu enfrentamento. A FEEMA também ficou responsável pela retirada de 40 toneladas de material contaminado do local, ocasião em que o mesmo foi interditado. Após a condução de vários estudos ambientais, o Ministério da Saúde decidiu proceder, por intermédio da empresa Nortox SA, à neutralização do HCH, numa tentativa de remediar a contaminação do solo por meio da aplicação de cal virgem. Tal procedimento acabou modificando a composição inicial dos resíduos, gerando novos compostos e novas formas de contaminação no local.

O período entre 1990 e 1992 foi marcado por uma série de acusações e alocação de responsabilidade entre as várias instituições envolvidas com a solução da contaminação na Cidade dos Meninos. As inúmeras denúncias veiculadas pela imprensa, associadas à intenção de construir um conjunto habitacional na área e à conscientização da população local com relação à gravidade da contaminação, motivaram a abertura de

inúmeros inquéritos e ações judiciais contra a União, buscando tanto a solução do problema ambiental como a reparação dos danos físicos e morais causados aos moradores da Cidade dos Meninos. Em 1996, por determinação da Justiça, as unidades da Fundação Abrigo Cristo Redentor foram definitivamente fechadas, restando no local apenas as famílias que ali foram fixando residência desde a implementação do projeto. Atualmente, cerca de 1600 pessoas vivem no entorno do terreno da fábrica, e as escavações no local ainda indicam uma grande presença do ‘pó-de-broca’.

III - Breves considerações sobre o tema

Constata-se no Brasil contemporâneo o desenvolvimento de formas de conflitualidade que revelam a referência a sentimentos sociais e ao mesmo tempo a impossibilidade de dar conta de tais conflitos pensando unicamente em termos de desigualdades econômicas (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002). Essas novas formas de conflitualidade têm desafiado, em múltiplas dimensões, as ciências sociais, que até um passado muito recente analisaram essencialmente a emergência dos conflitos como sendo o resultado de uma luta por uma melhor repartição de bens e de recursos. A questão das desigualdades sociais tem gerado muitos debates na sociologia e muitos estudos tendem a atribuir a causa principal dos problemas sociais e políticos do país à distribuição desigual de renda.

Entretanto, o enfoque sobre as consequências sociopolíticas das desigualdades econômicas parece não ser mais suficiente para pensar o crescimento da conflitualidade, não respondendo a um conjunto de perguntas colocadas pelo exercício da cidadania. Sobre a influência da microsociologia, um enfoque que vem crescendo é dado no âmbito da ordem da interação (JOSEPH, 2000). Mais recentemente, numa outra perspectiva, alguns trabalhos vêm insistindo sobre a gramática moral dos conflitos humanos (HONNETH, 2000). Neste caso, a conflitualidade não mais resultaria da busca de interesses materiais, mas da negação do reconhecimento social, político e moral a indivíduos e a grupos sociais.

No registro das relações interpessoais é preciso considerar a diversidade dos ritos de interação, de códigos de encontro, da conversação ou convenções de tratamento que regem a relação com o outro. Se tomarmos as relações interpessoais em países supostamente liberais, constatamos que o individualismo e o igualitarismo também se acomodam com todas as formas de indicação de deferência e de reverência, de operações que marcam a diferença de *status*, de riqueza ou de poder. No Brasil este registro existe, mas se combina com maneiras de significar o “respeito” e a “consideração” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002). Além disso, um tal registro não é ele mesmo isento de reivindicações de um direito de pertencer à mesma posição social. Muitos conflitos interindividuais encontram sua origem em situações fortemente marcadas por termos morais e referência a sentimentos. Quer seja na vizinhança, no trabalho, nos espaços públicos, na escola ou ainda nas relações familiares, seus protagonistas explicam os seus desacordos evocando a “falta de respeito”, o “desprezo” ou a “humilhação” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002). A palavra “respeito”, em suas distintas configurações, se tornou assim uma palavra ordinária da linguagem da vida cotidiana e do discurso político. Qualquer um parece exigir respeito do outro e o meio político insiste cada vez mais sobre a necessidade de promover uma sociedade de respeito ou de dar testemunho de seu respeito para com os cidadãos. Nesse particular, as análises de Luis Roberto Cardoso de Oliveira (2002) sobre direito legal e insulto moral, Kant de Lima (1999, 2002), sobre administração de conflitos, Isacc Joseph (2000), a partir dos textos de Goffman, e os trabalhos de Daniel Cefaï (2001) sobre uma fenomenologia da experiência são de grande utilidade, na medida em que podem nos ajudar a estabelecer uma ligação entre a questão do conflito com a questão da demanda por respeito e de reconhecimento, insistindo sobre as tensões provocadas pela justaposição da hierarquia da igualdade e da diferença (MARTUCCELLI 2002).

Outra referência importante a propósito dessas questões é a que vem desenvolvendo Dominique Vidal. A partir de trabalho de campo iniciado em 2001 no Rio de Janeiro, Vidal vem dedicando especial atenção ao sentido de justo e de injusto para empregadas domésticas, buscando evidenciar a importância das emoções e dos sentimentos sociais na compreensão das questões de justiça envolvendo as empregadas e seus patrões e patroas (VIDAL, 2007). Retomando questões de seu trabalho anterior sobre os modos de articulação do social e do político nos meios populares de Recife (VIDAL, 1998,1999), o autor busca evidenciar a

importância das categorias morais e dos sentimentos sociais tais como o *respeito* e a *humilhação*, seja para o decifrar as relações sociais entre dominantes e dominados, seja para a avaliação do próprio exercício político da cidadania. São ainda referências obrigatórias para as abordagens da *humilhação* e do *desprezo*, as seminais reflexões propostas por Avishai Margalit (1996) e William Ian Miller (1995). A partir de suas questões poderemos começar a nos perguntar sobre qual seria o lugar desses sentimentos sociais na experiência dos indivíduos no Brasil.

IV - Referências Bibliográficas:

Cardoso de Oliveira, Luis Roberto (2002). *Direito Moral e Insulto Legal* – Dilemas da cidadania no Brasil, no Quebec e nos EUA, RelumeDumará, Rio de Janeiro.

Cefai, Daniel (2001). *Les formes de l'action collective. Mobilisations dans des arènes publiques* (com Danny Trom), Raisons Pratiques, Paris, Editions de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales.

Honneth, Axel (2000). *La Lutte pour la reconnaissance*, Paris, CERF.

Joseph, Isacc (2000). *Goffman et la microsociologie*, Paris, PUF, 2000; tradução brasileira : Rio de Janeiro, Editora da FGV.

Kant de Lima, Roberto (2002). Police, Justice et société au Brésil. Comparer des modèles d'administration des conflits dans l'espace public. In L'Héritage du Pragmatisme, D. Cefai, I. Joseph (eds.), La Tour d'Aigues, Éditions de l'Aube, pp. 193-210.

Kant de Lima, Roberto (2001). Carnavais, malandros e heróis : os dilemas brasileiros do espaço público. In L. Graziela, L. Barbosa, J. A. Drummond, O Brasil não é para principiantes. 20 anos de Carnavais, Malandros e Heróis. Rio de Janeiro, FGV.

Margalit, Avishai (1996). *The Decent Society*. Harvard, Harvard University Press.

Martuccelli, Danilo (2002). *Grammaires de l'individu*, Paris, Gallimard.

Miller, William Ian (1993). *Humiliation and Other Essays on Honor, Social Discomfort, and Violence*, Ithaca, Cornell University Press.

Ministério da Saúde (2002). *Atuação do Ministério da Saúde no caso de contaminação ambiental por pesticidas organoclorados na Cidade dos Meninos, Município de Duque de Caxias, RJ*. Brasília, DF.

Taylor, Charles (1994). The politics of Recognition. In A. Gutmann (org), *Multiculturalism and the Politics of Recognition*. Nova Jersey :Princeton University Press.

Turner, Victor (1974). *Dramas, Fields and Metaphors*. Symbolic Action in Human Society. Ithaca/London : cornell University Press.

Vidal, Dominique (1999). La notion de respect: catégorie du social, catégorie du politique dans une favela de Recife, *Cultures & Conflits*, n°35, Paris, L'Harmattan, pp. 95-124.

Vidal, Dominique (1999). *Quelle place pour le pauvre? Culture et Conflits*, n.35.

Vidal, Dominique (2000). Vulnérabilité et rapport à l'espace. Être pauvre et citoyen à Recife, *Cahiers des Amériques latines*, IHEAL/Paris III, n°35, pp. 91-108.

Vidal, Dominique (1998). *La Politique au Quartier. Rapports sociaux et citoyenneté à Recife*, Paris, MSH.

Vidal, Dominique (2007) *Les bonnes de Rio. Emploi domestique e société démocratique au Brésil*, Press Universitaires du Septentrion, Le Regard Sociologique.

ⁱ Ver a publicação « Fundação do Abrigo Cristo Redentor - 25 anos de trabalho cristão » , s/d, s/a.

ⁱⁱ O município de Duque de Caxias só seria criado em dezembro de 1943.

ⁱⁱⁱ O Instituto de Malariologia foi criado no âmbito do Serviço Nacional de Malária e tinha por objetivo desenvolver pesquisas sobre a Malária e formas de combatê-la. A escolha da Cidade dos Meninos para sua localização se deveu ao fato da Baixada Fluminense ser uma área endêmica da doença.

^{iv} Posteriormente o Serviço de Produtos Profiláticos seria incorporado à Fundação Oswaldo Cruz e transferido para o seu *campus* de Manguninhos, no município do Rio de Janeiro.